



CAMINHOS (IM)PREVISÍVEIS? UM OLHAR PARA A TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES ORIUNDOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NA UEPG

Setembro/2013

Eixo temático: Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
KRAINSKI, Luiza Bittencourt
Doutoranda Programa de Pós-Graduação Educação: Currículo – PUC/SP
Bolsista CNPq
luizabk@uol.com.br

PONCE, Branca Jurema
Doutora e Professora do Programa de Pós-Graduação Educação: Currículo
PUC/SP.
tresponces@uol.com.br

Comunicação Oral. Texto completo.

RESUMO

A democratização da educação superior vem sendo discutida pela sociedade, exigindo estabelecimento de políticas públicas que possibilitem às camadas populares, o prolongamento de sua escolarização através do acesso e permanência nas universidades. Na última década foram propostas políticas inclusivas e ações afirmativas com vista à ampliação do acesso nesse nível de ensino. No Estado do Paraná, a política de cotas para alunos de escola pública, alunos negros e indígenas consiste em uma política pública presente na maioria das instituições estaduais e federais de ensino superior. Analisar esta política e suas particularidades face às vulnerabilidades de determinados grupos sociais é fundamental. O presente estudo busca apresentar as ações que estão sendo desenvolvidas em específico na Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná e de que forma a política de cotas favorece, de forma efetiva, a permanência qualificada desses estudantes na universidade pública, da qual historicamente estiveram excluídos. Democratizar o acesso e a permanência de estudantes na universidade é um dos caminhos para se alterar este panorama, para tanto se faz necessário entender como essas políticas têm adentrado na universidade em estudo e as barreiras presentes nesse processo. Para a construção dos dados utilizamos dados quantitativos, qualitativos e análise documental disponibilizada através de documentos, resoluções internas e relatórios anuais das atividades desenvolvidas. Até o presente momento foi possível apreender que esta parcela de estudantes está adentrando no espaço universitário, no entanto, carecem de muitas ações que os auxiliem no processo de permanência e sucesso acadêmico, principalmente que consigam romper com as fragilidades iniciais e não se sintam excluídos ou se excluam desse espaço.

Palavras chave: Políticas Públicas. Ensino Superior - acesso e permanência.



INTRODUÇÃO

O presente estudo centra-se no processo em curso nas universidades públicas, que é o ingresso progressivo através do sistema de cotas para negros, indígenas e estudantes egressos da rede pública do ensino médio. A democratização do ensino superior com qualidade vem sendo discutida pela sociedade, exigindo o estabelecimento de políticas públicas que ampliem, não apenas o acesso, mas garantam condições de permanência desses estudantes.

As desigualdades nas condições de acesso ao ensino superior pelos diferentes grupos estiveram presentes na pauta dos movimentos populares, de organismos internacionais, consistindo num dos grandes desafios a serem superados. Esse debate ganha vulto principalmente nos anos de 1990 propiciando um olhar crítico sobre as desigualdades sociais e a visibilidade de grupos historicamente discriminados. O conceito acerca dessa política ainda é polêmico e varia entre pesquisadores que tratam do assunto, podendo ser entendido como a simples ampliação das vagas ou sua expansão aliada a mecanismos de inclusão social.

Na última década, foram adotadas no Brasil políticas inclusivas de ações afirmativas. Nas universidades públicas foi instituído o sistema de cotas sociais e raciais para pessoas egressas de escolas públicas e, para o ensino superior privado o acesso dos estudantes ocorre através do Programa Universidade para Todos – PROUNI. A intensificação dessas políticas de inclusão social na educação superior tem carecido, contudo, de um exercício sistemático de reflexão sobre o tema, tanto nos seus fundamentos teórico-metodológicos quanto na avaliação das experiências em curso. É nessa perspectiva que o presente trabalho procura avaliar a implantação da política de cotas, tendo como *locus* concreto a Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ELEMENTOS DE SUA HISTÓRIA

O debate sobre a democratização da universidade não se restringe a dimensão econômica, não sendo suficiente para entender tais desigualdades. Necessita da



compreensão das diferentes faces e dimensões presentes nesse processo, dentre essas, as relações de poder que inferioriza e excluem grupos sociais presentes desde o início de nossa história.

Um olhar retrospectivo para a trajetória da instituição universitária no Brasil, mostra que sua origem constituiu-se um advento tardio e sua implantação, dentre os fatores, foi para atender as necessidades dos jovens filhos das famílias da elite social e econômica do país. Com raras exceções, jovens vindos de famílias menos favorecidas só conseguiam frequentar cursos superiores com o apoio da Igreja através do ingresso na vida religiosa. Cunha (1980), Romanelli (1993), Fávero (1999), Durhan (2005), registram em seus estudos esse resgate da educação superior desde o Brasil Colônia e de que forma essa configuração veio se aprimorando no decorrer das décadas tendo como elementos centrais a modernização, expansão e privatização.

É consenso entre os pesquisadores, que o século XX trouxe mudanças substanciais na educação superior do país: as décadas iniciais contribuíram com o reconhecimento e institucionalização das primeiras universidades, a década de 1960 com a expansão e modernização das universidades públicas e, nas últimas décadas a ênfase recaiu na expansão, avaliação e forte aceleração do setor privado.

O processo de urbanização e industrialização desencadeado no país a partir da década de 1930 trouxe a cena uma população que ascendeu não somente socioeconomicamente, mas buscavam no ensino superior status e oportunidades nas relações estabelecidas com a aristocracia brasileira. Entra em cena a classe média nos diferentes campos – da política à economia – e conseqüentemente, no espaço universitário. No entanto, o acesso se restringia a estratos superiores das classes médias e altas, mantendo o perfil elitista do período anterior.

O cenário da educação nesse momento era composto por instituições católicas empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público e, por iniciativas da elite local que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior, contando com apoio dos governos estaduais em algumas das instituições. (DURHAN, 2005, p. 201). Começa nesse momento a diversificação do sistema que perdura até os dias de hoje no âmbito do ensino superior brasileiro composto por instituições públicas, federais ou estaduais, ao lado de instituições privadas, confessionais ou não.



Consolidavam-se as primeiras ideias de universidade no Brasil. As questões educacionais ganharam peso nos debates políticos, associando-se a intelectualidade ao poder com vistas a modernização das elites, criando-se um vínculo estreito entre educação e mercado de trabalho. O ensino superior apresentou a partir da segunda metade da década de 1960, um padrão de crescimento com o acesso predominante de indivíduos das classes médias. (CUNHA, 1980; ROMANELLI, 1991; DURHAN, 2005).

Essa expansão Trouxe mudanças na “composição social tanto do alunado quanto do professorado. Aumentou significativamente o contingente de alunos com idade mais elevada, de trabalhadores, em tempo parcial ou integral. Entre os docentes, aumentou o número de muitos jovens”. (CUNHA, 2000, p. 192).

Nessa época havia uma forte pressão social da classe média para ingressar na universidade, resolvendo o problema com a ampliação e a expansão desordenada das instituições privadas. Mesmo com as contradições provocadas pelo regime militar, às universidades brasileiras, nas décadas de 1960 e 1970, receberam grande impulso com ampliação de recursos para a pós-graduação, novos prédios, *campi* avançados, laboratórios e equipamentos e a institucionalização do regime de tempo integral e dedicação exclusiva para os docentes. A expansão verificada nessas décadas foi alvo de críticas quanto à qualidade do ensino ofertado, crítica recorrente nos anos de 1990.

A década de 1980 constituiu-se em uma marca não somente em razão do processo constituinte promulgado em 1988, mas pelas reivindicações por mudanças no sistema educacional, em especial, as relacionadas à melhoria da qualidade da educação. Nesse período não houve um crescimento significativo de unidades de ensino e de matrículas, sendo que a expansão ocorreu principalmente nos cursos noturnos. Concentrando-se no setor privado de ensino, o objetivo era atender uma parcela da sociedade já inserida no mercado de trabalho e, portanto, impossibilitada de frequentar os cursos diurnos, objetivo presente até os dias atuais.

A RECONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990



Na década de 1990 ocorrem mudanças substanciais nas políticas de educação do país, com forte expansão do ensino superior privado a partir da segunda metade da década em estudo. Essa política, bastante influenciada pelas diretrizes de agências internacionais priorizou o investimento público na educação básica, principalmente na ampliação de vagas no ensino fundamental e na transferência da responsabilidade da oferta de educação superior para o setor privado. Sob forte inspiração neoliberal e influência de organismos mundiais, dentre esses, o Banco Mundial, um conjunto de medidas foram implementadas reestruturando o sistema de educação superior no Brasil, incluindo um “novo” padrão de modernização e de gerenciamento para o ensino universitário.

Contraditoriamente, o crescimento do ensino superior ocorreu na vigência da Constituição que referendou os princípios da autonomia universitária e da indissociabilidade do ensino-pesquisa e extensão, fixou as normas básicas da participação do setor privado na oferta de ensino. A LDB que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional propiciou a criação dos Centros Universitários como nova forma de organização acadêmica expandindo o sistema privado de ensino numa velocidade inédita.

Em função do esgotamento da capacidade do Estado de investimento no setor público do ensino superior, sua participação foi progressivamente reduzida. Dados apontam que em meados dos anos 1990 as instituições públicas respondiam por 42% das matrículas e no início do século XXI temos uma diminuição drástica para menos de 30% delas. (MACEDO, 2005). Essa redução é mais significativa quando se analisa apenas o segmento federal de instituições públicas, passando de 20,8% em 1995 para 14,6% em 2003. A referência à lógica privatista é clara, atendendo aos interesses mercantis, resultando em uma proliferação descontrolada de cursos e instituições no âmbito privado.

Dados do Censo da Educação de 2009 reafirmam esta lógica, sendo 89,4% das instituições privadas na sua maioria de pequeno porte e 10,6% das instituições públicas, refletindo um sistema de educação superior diversificado, mas não universitário. (INEP, 2010, p.10) O Censo confirma o crescimento da educação à distância (EAD), que já responde a 14,1% do total de matrículas na graduação. No entanto, essa expansão



numericamente privada não atende a demanda existente para o ensino superior, pois o acesso e a permanência de grande parte dos estudantes com baixa renda têm relação concreta com as condições existentes em termos de capital cultural, construídas ao longo da trajetória escolar e de vida.

Apesar da ampliação do número de matrículas, a taxa de escolarização bruta da população na faixa de 18 a 24 anos é de 26,7% e a taxa de escolarização líquida de 14,4%, aquém do índice proposto como meta no PNE. (MEC, 2010). Nesse sentido, as ações propostas pelo governo federal devem estar associadas a outros mecanismos que possibilitem redução das taxas de evasão, acesso e permanência do aluno, maior mobilidade estudantil e formação mais flexível.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) propõe “reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade”. (BRASIL, 2008). Dentre as estratégias específicas para o ensino superior, foram criadas: a Universidade Aberta do Brasil (UAB), Programa de Financiamento Estudantil (FIES), Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Programa de Bolsa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e reformulação dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES). Além dessas ações, outras medidas que priorizam a inserção de grupos minoritários como Políticas de Cotas e programas pré-vestibulares gratuitos vêm sendo implantados por diferentes instituições. É preciso considerar que a esfera pública é responsável por aproximadamente 30% das vagas ofertadas e seu acesso é extremamente competitivo.

IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA/PR.

No Brasil, a discussão sobre a emergência e implantação das propostas de acesso dos jovens das camadas populares e de negros ao ensino superior ocorre a partir dos anos de 1990 através de um caloroso debate tanto na sociedade como nas universidades públicas. A implantação de ações afirmativas, dentre essas, a Política de Cotas buscou



corrigir as lacunas deixadas pela insuficiência das políticas universalistas, atuando no sentido de promover a representação de grupos excluídos desse processo.

No Estado do Paraná, a política de cotas para alunos de escola pública e para alunos negros começou a ser discutida no início da década de 2000, quando universidades federais e estaduais tomaram a iniciativa da implantação de cotas. Dentre as universidades estaduais a Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR. foi a terceira a implantar cotas sociais e raciais após a Universidade Federal de Paraná e a Universidade de Londrina. Inversamente de outras universidades que responderam a pressões de movimentos sociais, na universidade em estudo a proposta tomou forma concreta com estudos desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação, conduzindo amplo debate através de consulta pública à comunidade interna e externa quanto às cotas para negros e alunos de escolas públicas.

Para qualificar esses debates foram organizados fóruns de discussão e palestras nas várias instâncias e espaços públicos, resultando na aprovação pelo Conselho Universitário em 2006 para acesso no ano de 2007. Dentre os critérios estabelecidos para realizar o vestibular pelo sistema de cotas, o aluno deveria ter cursado o ensino médio integralmente em escola pública. Concomitante a este processo foi aprovado a Comissão Permanente de Avaliação e Implementação de Políticas de Cotas¹, a qual inicialmente acompanhou a implantação e hoje vem monitorando e reformulando as ações desenvolvidas com o objetivo de favorecer não somente o acesso, mas também a permanência destes alunos no ensino superior.

DESVELANDO A REALIDADE

A análise dos relatórios encaminhados pela Comissão de Avaliação e Implementação da Política de Cotas permite trazer alguns resultados preliminares, os quais em conjunto com outras fontes contribuirão na análise final da pesquisa.

Os resultados anuais referentes aos anos de 2007 a 2010 mostram que o desempenho do aluno cotista não difere significativamente das médias dos alunos

¹ A Resolução CEPE n. 163 /2007 institui a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas na UEPG.



interessantes por cota universal, sendo que, em parte expressiva dos casos, as médias anuais dos alunos ingressantes por cota de escola pública e de negros são superiores. Esse dado é uma resposta às críticas de que esta política rebaixaria o nível acadêmico dos cursos da universidade.

Outro elemento importante a ser analisado refere-se ao aumento na taxa de evasão dos alunos cotistas negros, bem como a retenção na série. (UEPG, 2008). Esta situação é identificada através das médias anuais presente no relatório de 2010, o qual traz:

Repetiu a tendência dos resultados obtidos no relatório anterior, referente ao desempenho acadêmico de 2007, cujas médias finais foram 5,3 para cotas de negros, 6,6 para cotas de escola pública e 6,3 para cota universal. As médias finais, dados coletados em julho de 2010, para os três anos, 2007, 2008 e 2009, conforme já apresentados no corpo desse relatório foi de 5,7 (negros), 6,3 (escola pública) e 6,1 (cota universal). (UEPG, 2010, p. 48).

Além do acompanhamento das notas e frequência, foram realizados encontros coletivos com alunos, sendo disponibilizado pela instituição bolsas de extensão universitária e de iniciação científica como acompanhamento do professor nas atividades. O preconceito pelo aluno que adentra a universidade pelo sistema de cotas vem nesses anos diminuindo através do repasse de informações dos resultados alcançados nos encontros realizados e na divulgação através dos meios de comunicação internos e externos a comunidade universitária.

A criação de um sistema informatizado para coleta de dados dos alunos possibilita acesso a informações tanto em relação ao desempenho acadêmico quanto a sua situação acadêmica, disponibilizando relatórios por cota, curso, disciplina, setor de conhecimento, média, avaliação de desempenho e outras informações necessárias.

O processo avaliativo teve como objetivo diagnosticar a percepção dos acadêmicos ingressantes desde 2007 pela Política de Cotas quanto aos seguintes aspectos: desempenho acadêmico, adaptação acadêmica, integração, conhecimento de bolsas de iniciação científica e de extensão, participação em programas de incentivo a pesquisa e a extensão. (UEPG, 2010, p.32).



Dentre os principais pontos levantados pelos discentes quanto ao desempenho acadêmico estão: falta de conhecimento e fragilidade no conhecimento em matérias básicas como, matemática, física, química; professores possuem conhecimento, mas falta formação didático-pedagógica; embasamento insuficiente no ensino médio, falta de professores efetivos acarretando em excesso de disciplinas com professores colaboradores, descontinuidade das atividades; dificuldades nos estudos por estarem trabalhando com consequências no rendimento. (UEPG, 2010, p.35). Na percepção do aluno cotista negro a média na avaliação do desempenho acadêmico foi boa e para alunos oriundos de escola pública ótima.

Quanto à adaptação acadêmica as dificuldades maiores estão relacionadas ao ingresso na universidade e a implantação da política de cotas, gerando um clima competitivo e discriminatório. As expectativas da entrada dos estudantes representam um dos fatores determinantes no processo de integração ao ensino superior, sendo que o desencontro entre as expectativas iniciais e o que a instituição realmente oferece se constitui fonte de sentimentos antagônicos.

A integração à universidade consiste em outra variável central na permanência e sucesso do aluno. Na avaliação realizada os alunos, na sua maioria, não apresentam grandes dificuldades, com fácil trânsito aos departamentos e professores. Esse novo contexto, muitas vezes é exigente e nem sempre é receptivo às expectativas dos estudantes. Dentre as dificuldades sentidas, os alunos apontam a falta de maturidade ao ingressar na universidade logo após terminar o ensino médio, a nova vida para os acadêmicos que residiam fora da cidade, à locomoção diária de cidades vizinhas geram dificuldades iniciais tanto a nível pessoal como acadêmico, certa discriminação dos colegas de curso que estudaram em colégios particulares no ensino médio, falta de colaboração dos colegas nas dificuldades de aprendizagem. Em relação ao aluno negro, “um fator apontado como de constrangimento (...) é o momento da matrícula, por esta ter sido feita separada dos demais acadêmicos ingressantes”. (UEPG, 2010, p.41).

O processo de integração, construído em torno das relações entre acadêmicos e instituição de ensino, deve ser compreendido de maneira dinâmica no qual os estudantes também são ativos na modificação do ambiente institucional. Como sugestões são apontadas: necessidade de maior clareza nas informações, na divulgação dos programas existentes, nos eventos culturais e esportivos; maior número de bolsas de iniciação



científica e de extensão, divulgação ampla dos editais das bolsas; ampliação do acervo das bibliotecas, atenção aos cursos noturnos e *campi*, espaço de apoio as necessidades de todos os alunos com oferta de cursos extracurriculares para melhoria dos conteúdos básicos possibilitando um nivelamento no conhecimento não ficando em desvantagem em relação a outros colegas. (UEPG, 2010).

Na avaliação realizada pelos docentes, a maioria dos acadêmicos cotistas apresenta bom desempenho. Apresentam bom relacionamento com os colegas, sendo difícil identificar cotistas e não cotistas em sala de aula. Nos projetos de pesquisa ou extensão apresentam bom rendimento e se mostram comprometidos com as atividades. (UEPG, 2010, p.47). No entanto, o acompanhamento das dificuldades apresentadas pelos alunos que adentram pelo sistema de cotas é necessário, porém não consiste em uma ação específica da Comissão que os acompanha. Deve ser tarefa conjunta dos professores, técnicos e dos estudantes, com mudanças de comportamentos e na criação de mecanismos que efetivamente garantam com qualidade sua permanência.

Apesar das controvérsias, a política de cotas, em específico, na realidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa tem procurando reverter o quadro de desigualdades que imperam em nossa sociedade. Democratizar o acesso e a permanência dos estudantes de escolas públicas, monitorar e acompanhar os programas desenvolvidos na universidade constitui-se em caminhos para se alterar esse panorama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o contexto do ensino superior e as políticas públicas de acesso e permanência foi os objetivos fundantes que moveram o presente estudo. As desigualdades no acesso ao ensino superior não se constituem em causa, mas consequência de uma sociedade, que vem priorizando, ao longo dos tempos, outras instâncias em detrimento das políticas sociais. A pouca atenção dada à qualidade do ensino médio, a falta de investimentos na educação, as desigualdades educacionais entre as classes sociais e a seletividade nas formas de ingresso dificultam o acesso a este nível de ensino, trazendo grandes desafios para os dias atuais. Tais desafios referem-se à busca de qualidade da educação em todos os níveis de escolaridade, ao financiamento



da educação, a projetos pedagógicos que contemplem a diversidade cultural e a uma aprendizagem efetiva, e, em especial, políticas públicas que priorizem os indivíduos com menores oportunidades educacionais.

Os avanços dizem respeito não somente às formas de ingresso, mas também de permanência contribuindo na democratização da educação e na construção da cidadania. Como bem lembra Zago, não basta ter acesso ao ensino superior, mesmo sendo público. As condições econômicas, sociais e culturais definem também a “escolha” pelo tipo de curso bem como suas condições de inserção, ou seja, de “sobrevivência” na universidade. (ZAGO, 2006, p. 228).

Os estudantes enfrentam necessidades de ordem social, econômica e cultural, que configuram barreiras a de serem enfrentadas, seja por meio de procedimentos concretos (acesso a bolsas, avaliações, auxílio financeiros) ou informais (relações sociais, processos simbólicos). Por fim, cabe destacar o papel fundamental das universidades públicas na redução das desigualdades principalmente entre grupos socialmente excluídos. Sua principal função é dialogar com estes grupos, oferecendo espaços de superação e fortalecimento de sua condição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, MEC. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior de 2009 (Resumo Técnico)**. Brasília, INEP. 2010.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia a era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E.M.T. et al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



DURHAN, E. Educação superior, pública e privada (1808-2000). In: SCHWARTMAN, S.; BROCK, C. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

FÁVERO, M. de L. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n. 10, São Paulo, 1999.

MACEDO, A. R. et al. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, n. 47, 2005.

MAYORGA, C. et al. Universidade Pública no Brasil entre privilégios e direitos. In: MAYORGA, C.(Org.). **Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre democratização da universidade**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SGUISSARDI, V. **Universidade Brasileira no século XXI desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Relatório das atividades da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas na UEPG**, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Relatório das atividades da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas na UEPG (2008 -2010)**, 2010.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.11, n.32, p. 226-237, 2006.